

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Logística Ambiental de São Paulo S.A. – Loga

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. – Loga (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is written over the printed name.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Demonstrações Financeiras
Logística Ambiental de São Paulo S.A – Loga

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Logística Ambiental de São Paulo S.A. – Loga

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração dos resultados.....	5
Demonstração dos resultados abrangentes.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga
Balanços Patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2023	2022		Nota Explicativa	2023	2022
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	50.813	73.093	Fornecedores	18	72.181	46.213
Títulos e valores mobiliários		318	279	Empréstimos e financiamentos	19	23.321	23.951
Contas a receber de clientes	11	148.035	87.890	Passivo de arrendamento	20	7.795	10.067
Ativos financeiros de concessão	33	7.898	5.824	Salários, benefícios e encargos sociais	21	32.608	30.769
Estoques		5.007	5.796	Impostos, taxas e contribuições	22	14.624	19.058
Impostos a recuperar	12	13.438	5.028	Dividendos a pagar		44.782	16.414
Outras contas a receber		3.123	2.741	Outras contas a pagar		7.610	4.464
Adiantamento a fornecedores		2.674	631	Total do passivo circulante		202.921	150.936
Total do ativo circulante		231.306	181.282				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Empréstimos e financiamentos	19	19.249	34.779
Impostos a recuperar	12	21	-	Passivo de arrendamento	20	756	6.554
Contas a receber de clientes	11	60	55	Passivo fiscal diferido	14	5.014	-
Ativo financeiro de concessão	33	-	9.927	Provisões	23	16.974	17.368
Ativo fiscal diferido	14	-	689	Total do passivo não circulante		41.993	58.701
Depósitos judiciais	13	21.642	21.792				
		21.723	32.463	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	15	118.857	105.402	Capital social	25	60.650	60.650
Direito de uso - Arrendamento	16	7.763	15.178	Capital social a integralizar		(7.380)	(12.692)
Intangível	17	764	985	Reservas de lucros		82.375	77.741
		127.384	121.565	Outros resultados abrangentes		(146)	(26)
Total do ativo não circulante		149.107	154.028	Total do patrimônio líquido		135.499	125.673
TOTAL DO ATIVO		380.413	335.310	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		380.413	335.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga
 Demonstrações dos Resultados
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	26	764.551	683.220
Custo dos serviços prestados	27	(558.998)	(499.607)
Lucro bruto		205.553	183.613
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	28	(8.075)	(3.758)
Despesas administrativas	29	(31.031)	(27.420)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(3.189)	(5.780)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(42.295)	(36.958)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		163.258	146.655
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	31	7.011	16.606
Despesas financeiras	31	(9.584)	(10.746)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(2.573)	5.860
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		160.685	152.515
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(46.669)	(49.443)
Diferido	14	(5.703)	(1.116)
Lucro líquido do exercício		108.313	101.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga
Demonstrações do Resultado Abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	108.313	101.956
Remensuração do passivo de benefício definido	(120)	(120)
Total do resultado abrangente da Companhia	108.313	101.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Demonstrações dos Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Capital Social a integralizar	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	60.650	(16.455)	3.763	53.622	-	94	101.674
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	101.956	-	101.956
Integralização de capital com reservas	-	3.763	(3.763)	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	72.643	(72.643)	-	-
Reserva legal	-	-	5.098	-	(5.098)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(24.215)	-	(24.215)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(53.622)	-	-	(53.622)
Remensuração do passivo do benefício definido	-	-	-	-	-	(120)	(120)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	60.650	(12.692)	5.098	72.643	-	(26)	125.673
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	108.313	-	108.313
Integralização de capital com reservas	-	5.098	(5.098)	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	77.173	(77.173)	-	-
Transferência para reserva legal	-	-	5.416	-	(5.416)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(72.643)	-	-	(72.643)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(25.724)	-	(25.724)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(120)	(120)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	60.650	(7.594)	5.416	77.173	-	(146)	135.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	108.313	101.956
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações do imobilizado e ativo do direito de uso	36.684	28.766
Baixa de imobilizado e intangível	-	(8.058)
Encargos financeiros financiamentos, empréstimos e arrendamento	7.954	9.734
Rendimentos financeiros inerentes a títulos e valores mobiliários	(39)	(32)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	1.057	-
Provisão para contingências	(1.371)	(1.270)
Provisão de imposto de renda e contribuição social	46.669	49.443
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.703	1.116
Provisão para obrigações contratuais futuras	977	494
Provisão de ativo financeiro de concessão	7.853	5.535
Aumento / Redução nos ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	-	65
Contas a receber de clientes	(61.131)	(12.054)
Partes relacionadas	(76)	(19)
Impostos a recuperar	(8.431)	993
Estoques	789	1.106
Outras contas a receber	(382)	744
Adiantamento a fornecedores	(2.043)	-
Depósitos judiciais	150	(1.553)
Aumento / Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	9.081	(8.295)
Partes relacionadas	16.887	3.360
Salários benefícios e encargos sociais	1.839	1.198
Impostos taxas e contribuições	1.577	1.262
Imposto de renda e contribuição social	(19.653)	(8.991)
Adiantamento de clientes	-	(70)
Outras contas a pagar	3.027	177
Caixa proveniente das operações	155.524	165.607
Pagamento de impostos sobre o lucro	(33.117)	(38.515)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(3.181)	(4.150)
Passivo de arrendamento - juros pagos	(1.053)	(1.716)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	118.173	121.226
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(39.695)	(21.033)
Aquisição de intangível	(74)	-
Venda de ativo imobilizado	-	8.065
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(39.769)	(12.968)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos – captação	1.129	7.941
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	(21.009)	(18.151)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal	(10.804)	(9.741)
Dividendos pagos	(70.000)	(81.273)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(100.684)	(101.224)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(22.280)	7.034
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	73.093	66.059
No final do exercício	50.813	73.093
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(22.280)	7.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia” ou “Loga”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais à critério do Poder Concedente, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a controladora Revita Engenharia S.A. (“Revita”), detentora de 62,347% das ações, a Latte Participações Ltda., detentora de 34% das ações e a Latte Saneamento de Participações S.A., detentora de 3,653% das ações. A controladora final da Revita é a Solví Participações S.A.

A Revita é acionista da Companhia desde 03 de novembro de 2021, em decorrência da incorporação da antiga acionista da Companhia, a Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”), que era acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011, quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A. realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solví com objetivo específico de participar do capital de outras Companhias.

Esta última Incorporação foi previamente anuída e aprovada pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB no âmbito do contrato de concessão nº 027/SSO/04, conforme publicação de 14 de setembro de 2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, PROCESSO Nº 8310.2017/0000325-6, por considerar que não houve alteração da cadeia de controle final.

O Grupo LATTE é acionista da companhia desde 12 de dezembro de 2018 quando se concretizou a transferência das ações da Estre Ambiental S.A. à Latte Saneamento e Participações S.A., bem como, em 18 de janeiro de 2019 houve a alteração da denominação da companhia Estre Coleta Holding S.A. para Latte Coleta Holding S.A.. Posteriormente em 21/09/2020 a Latte Coleta transferiu suas ações para a Latte Participações Ltda. Conforme requerido pelo Contrato de Concessão, a alteração foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo – SP (Poder Concedente).

Reequilíbrio quinquenal

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão é dever da Administração Pública, antes mesmo de ser direito do contratado. Justifica-se, como princípio, pelo fato de revelar-se vantajosa para a Administração Pública, no reconhecimento de que contratos bem equilibrados tendem a atingir melhor a finalidade a que se destinam. Além de favorecer ao princípio da modicidade tarifária, uma vez que a garantia de equilíbrio propicia tarifas livres de majorações por riscos não contingenciados.

De acordo com o contrato de concessão, a SP Regula (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo)¹ procederá uma revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do contrato a cada 5 (cinco) anos da concessão, durante a qual a concessionária e a SP Regula poderão evocar todos os eventos que considerar determinantes de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

¹ Conforme a Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020, e o Decreto nº 60.941, de 23 de dezembro de 2021, Fica extinta a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, criada pela Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, e é criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SPRegula, ficando atribuída à SP Regula a regulação e a fiscalização dos serviços de limpeza urbana previstos na Lei nº 13.478, de 2002 que sejam passíveis de delegação a particulares por meio de concessão, permissão ou autorização. Ficando ainda determinada a sub-rogação da SP Regula na posição contratual ocupada pela AMLURB nos instrumentos de delegação de serviços públicos.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio ordinário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental (“TCA”) assinado, o Poder Concedente reconheceu alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, porém, não aplicou o devido ajuste tarifário. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais, instituído de forma provisória em 2007 e com impacto em todos os anos da Concessão. Ele foi calculado com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores.

Em 2022 a SP Regula promoveu a apresentação à Loga dos “novos condicionamentos, metas de qualidade e universalização”, conforme exigido pela Lei 13.478/2022 (art. 38, §1º, V) e Contrato de Concessão (subcláusula 5.2.V) dando início ao processo de prorrogação contratual. Em seguida contratou a FIPE para prestar consultoria de apoio técnico no auxílio à Administração Pública em estudos sobre a vantajosidade da prorrogação, frente à alternativa de realizar nova licitação, e sobre a modelagem jurídica, econômico-financeira e técnica em si da prorrogação, e iniciou o processo de negociação com a concessionária dos termos para eventual prorrogação contratual.

Esse processo de negociação condicionou a prorrogação contratual à resolução do passivo regulatório contratual (eventos de desequilíbrio econômico-financeiro), conforme previsto no art. 5º, parágrafo único, da Lei 17.731/2022. Esse passivo regulatório inclui os eventos de desequilíbrio referentes à 2º Revisão Extraordinária (“2º RO”, referente ao quinquênio de 2009-2014), 3º Revisão Extraordinária (“3ºRO”, quinquênio de 2014-2019), a maior parte do último quinquênio contratual (eventos de desequilíbrio ocorridos entre 2019 e 2023), e ainda aqueles remanescentes do Termo de Compromisso Ambiental de 2012 (“TCA 2012”) que foram reconhecidos, porém não reequilibrados. As condições de eventual prorrogação contratual, quando finalizadas as negociações, deverão ser aprovadas pelos órgãos da Administração e pelos órgãos de controle observadas os dispositivos legais, contratuais e as melhores práticas da administração pública.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas e redefinidas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

As obrigações relevantes da operação, em especial o custo com tratamento e destinação de resíduos, possuem prazos de pagamento atrelados aos recebimentos da Prefeitura do Município de São Paulo. A Companhia não identificou a necessidade de buscar o reperfilamento de suas dívidas, uma vez que se encontra em negociação para prorrogar o contrato de concessão e o fluxo de caixa futuro demonstram capacidade de liquidação de suas obrigações.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2024.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes nota explicativa:

Nota explicativa 15 – Imobilizado – estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação

Nota explicativa 14 – Ativo fiscal diferido: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra as diferenças temporárias;

Nota explicativa 15 – Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Nota explicativa 23 - Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionadas acima no item (a).

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- (a)** Instrumentos financeiros
- (b)** Receita de contrato com cliente
- (c)** Receitas financeiras e despesas financeiras
- (d)** Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)
- (e)** Imobilizado
- (f)** Contratos de concessão
- (g)** Provisões
- (h)** Benefícios a empregados

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Imposto de renda e contribuição social
- (j) Distribuição de dividendos
- (k) Arrendamento

(a) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii. Classificação e mensuração subsequente Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii. Desreconhecimento Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados se os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Receita de serviços prestados - Resíduos

• Manejo e destinação de resíduos

Tipo de receitas		Descrição	
Receita de prestação de serviços	Resíduos - A receita relacionada à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento e destinação final de resíduos públicos são reconhecidas com base no contrato de concessão firmado entre Loga e PMSP. A receita a ser auferida pela Loga é fixa independentemente do quantitativo coletado e destinado.	Coleta Pública	A receita proveniente da prestação dos serviços de coleta são decorrentes de: coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de resíduos de serviços de saúde (RSS) oriundos da região noroeste de São Paulo. A receita a ser reconhecida já está contemplada dentro da tarifa paga mensalmente pela PMSP.
		Tratamento e Destinação final de resíduos	As obrigações de desempenho inerentes aos serviços de tratamento e destinação final de resíduos estão previstas no contrato de concessão e o reconhecimento da receita está contemplado dentro da tarifa paga pela PMSP.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e receita de juros sobre ativos financeiros.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e descontos concedidos.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

(d) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problema de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

(e) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, ou de forma sistemática ao longo do contrato de concessão, dos dois o menor. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº15.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

iv) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

(f) Contratos de concessão

i) Características do contrato de concessão

Os bens vinculados à concessão serão reversíveis ao poder Concedente no encerramento do contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e

- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

(g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

(h) Benefícios a empregados

i) Previdência privada

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

iv) Assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

(j) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme informado na nota explicativa nº 25.

(k) Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

7. Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. Instrumentos financeiros Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimento ou outros fins.

(a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia. A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(b) Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

(c) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Loga decorre substancialmente de instrumentos financeira expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós- fixadas em 12% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2023 (14% em 2022), conforme abaixo.

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2023	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	50.813	CDI	5.920
Títulos e valores mobiliários	318	CDI e TJLP	39
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(42.570)	CDI	(4.959)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	8.561		
Efeito no resultado			999

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2022	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	73.093		9.977
Títulos e valores mobiliários	279	CDI e TJLP	40
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(58.730)		(8.017)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	14.642		
Efeito no resultado			2.000

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à moda cidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

(e) Risco de contrato de concessão

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

(f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	10	50.813	73.093
Títulos e valores mobiliários		318	279
Contas a receber de clientes	11	148.095	87.945
Ativo financeiro de concessão	33	7.898	15.751
Outras contas a receber		3.123	2.741
		210.247	179.809

(g) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras, financiamento doméstico e debêntures. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende o período remanescente entre a data da demonstração financeira e a data contratual do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2023	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
	Caixa e equivalentes de caixa	50.813	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	318	-	-	-	-	-	-	-	318
Contas a receber de clientes	83.681	5.107	5.107	5.107	10.214	39.876	60	(1.057)	148.095
Ativo financeiro de concessão	7.898	-	-	-	-	-	-	-	7.898
Outras contas a receber	3.123	-	-	-	-	-	-	-	3.123
	145.833	5.107	5.107	5.107	10.214	39.877	60	-	210.247

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022	A		Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
	vencer	Até 30 dias							
Caixa e equivalentes de caixa	73.093	-	-	-	-	-	-	-	73.093
Títulos e valores mobiliários	279	-	-	-	-	-	-	-	279
Contas a receber de clientes	87.881	4	5	-	-	-	55	-	87.945
Ativo financeiro de concessão	5.824	-	-	-	-	-	9.927	-	15.751
Outras contas a receber	2.741	-	-	-	-	-	-	-	2.741
	169.818	4	5	-	-	-	9.982	-	179.809

(h) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

(i) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

A Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para comparação com parâmetros de mercado.

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos, debêntures	42.570	58.730
Fornecedores e outras contas a pagar	79.791	50.677
Total Endividamento	122.361	109.407
(-) Caixa e caixa equivalente	(50.813)	(73.093)
(=) Endividamento líquido (a)	71.548	36.314
Patrimônio líquido	135.499	125.673
Capital social e endividamento líquido (b)	207.047	161.987
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	35%	22%

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(j) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

Hierarquia do valor justo	Categoria	2023		2022		
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	50.813	50.813	73.093	73.093
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	318	318	279	279
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	148.095	148.095	87.945	87.945
Outras contas a receber		Custo amortizado	3.123	3.123	2.741	2.741
Ativo financeiro		Custo amortizado	7.898	7.898	15.751	15.751
Total			210.247	210.247	179.809	179.809
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	79.791	79.791	50.677	50.677
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	42.570	40.402	58.730	58.730
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	8.551	8.551	16.621	16.621
Dividendos a pagar		Custo amortizado	44.782	40.995	16.414	16.414
Total			175.694	175.694	142.442	142.442

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos.

(k) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir: Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

9. Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	29	59
Certificado de depósito bancário (CDB)	50.784	73.034
	50.813	73.093

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 43,85% em 2023 (98,50% em 2022) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

11. Contas a receber de clientes

	Nota explicativa	2023	2022
Cientes públicos:			
Valores faturados		70.981	13.575
Medições a faturar		78.062	74.343
		149.044	87.918
Cientes privados:			
Valores faturados		14	8
		14	8
Perdas de crédito esperada		(1.057)	-
Partes relacionadas	24	95	19
		148.095	87.945
Total		148.095	87.945
Circulante		148.035	87.890
Não circulante		60	55

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Valores a vencer	83.681	87.881
<i>Vencidos:</i>		
Até 30 dias	5.107	4
Entre 31 e 60 dias	5.107	5
Entre 61 e 90 dias	5.107	-
Entre 91 e 180 dias	10.214	-
Entre 181 e 360 dias	39.876	-
Acima de 360 dias	60	55
PECLD	(1.057)	-
	<u>148.095</u>	<u>87.945</u>

A avaliação da perda de crédito esperada é realizada para a carteira de clientes e foi constituída com base em análises de riscos de crédito, que contemplam o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

12. Impostos a recuperar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
INSS	2.135	2.402
Pis e Cofins	3.463	2.568
IRPJ	7.351	51
CSLL	71	-
Outros impostos (a)	439	7
	<u>13.459</u>	<u>5.028</u>
Circulante	13.438	5.028
Não circulante	21	-

(a) Referem-se aos valores de tributos à restituir de outros créditos tributários e IRF.

13. Depósitos judiciais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósito Recursal	21.491	21.491
Outros	151	301
	<u>21.642</u>	<u>21.792</u>

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía registrado ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (*)	(12.463)	(6.757)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	359	-
Provisões contingências	5.261	5.719
Provisão de participações no resultado	919	885
IFRS 16	193	415
Provisão para baixa em estoque	14	14
Benefícios pós emprego	124	105
Provisão conscientização população	312	39
Outros	267	269
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>(5.014)</u>	<u>689</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	-	689
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.014)	-

(*) Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	160.685	152.515
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	<u>(54.633)</u>	<u>(51.855)</u>
Incentivos	2.320	2.464
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes/multas indedutíveis	(24)	(14)
Bônus/doações/patrocínios	(499)	(602)
Gratificação a Administradores	-	(675)
Atualização monetária	-	1.609
Ajuste de inventário	(7)	(16)
Outras diferenças permanentes	24	(887)
Perda por inadimplência	-	(103)
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	447	(480)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>(52.372)</u>	<u>(50.559)</u>
Corrente	(46.669)	(49.443)
Diferido	(5.703)	(1.116)
Alíquota	32,63%	33,15%

15. Imobilizado

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual - %	2023				2022
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Terrenos, edificações e construção civil	5%	39.598	(522)	39.076	24.266	
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	4.729	(4.182)	547	3.395	
Máquinas e equipamentos	10%	23.923	(14.897)	9.026	6.670	
Móveis e utensílios	10%	1.601	(971)	630	53.518	
Equipamentos de informática	20%	5.493	(4.220)	1.273	714	
Veículos e equipamentos	20%	106.920	(68.170)	38.750	1.553	
Imobilizado em andamento		29.555	-	29.555	16.022	
Redução ao valor recuperável		-	-	-	(736)	
		211.819	(92.962)	118.857	105.402	

As mutações do imobilizado de 2023 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Terrenos, edificações e construção civil	24.266	324	-	15.008	39.598
Benfeitorias em bens de terceiros	3.482	1.247	-	-	4.729
Máquinas e equipamentos	17.667	127	(282)	6.411	23.923
Móveis e utensílios	1.560	45	(4)	-	1.601
Equipamentos de informática	5.255	252	(14)	-	5.493
Veículos e equipamentos	107.840	1.511	(2.430)	(1)	106.920
Imobilizado em andamento (a)	16.022	36.189	-	(22.656)	29.555
Redução ao valor recuperável	(736)	-	-	736	-
	175.356	39.695	(2.730)	(502)	211.819
Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Terrenos, edificações e construção civil	-	(522)	-	-	(522)
Benfeitorias em bens de terceiros	(87)	(4.182)	-	87	(4.182)
Máquinas e equipamentos	(10.997)	(4.187)	287	-	(14.897)
Móveis e utensílios	(846)	(128)	3	-	(971)
Equipamentos de informática	(3.702)	(527)	10	(1)	(4.220)
Veículos e equipamentos	(54.322)	(16.694)	2.430	416	(68.170)
	(69.954)	(26.240)	2.730	502	(92.962)
Total	105.402	13.455	-	-	118.857

(a) Refere-se principalmente a obra civil e projetos em geral.

As mutações do imobilizado de 2022 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Terrenos, edificações e construção civil	24.266	-	-	-	24.266
Benfeitorias em bens de terceiros	3.482	-	-	-	3.482
Máquinas e equipamentos	14.939	2.749	(37)	16	17.667
Móveis e utensílios	1.490	70	-	-	1.560
Equipamentos de informática	4.637	681	(63)	-	5.255
Veículos e equipamentos	122.277	2.519	(18.129)	1.173	107.840
Imobilizado em andamento	2.197	15.014	-	(1.189)	16.022
Redução de imparidade	(736)	-	-	-	(736)
	172.552	21.033	(18.229)	-	175.356
Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em bens de terceiros	(87)	-	-	-	(87)
Máquinas e equipamentos	(9.113)	(1.917)	33	-	(10.997)
Móveis e utensílios	(714)	(132)	-	-	(846)
Equipamentos de informática	(3.166)	(596)	60	-	(3.702)
Veículos e equipamentos	(56.354)	(16.097)	18.129	-	(54.322)
	(69.434)	(18.742)	18.222	-	(69.954)
Total	103.118	2.291	(7)	-	105.402

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*)

Em 2023 e 2022, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

16. Direito de uso – arrendamento

	Saldo em 31/12/2022	Remensuração	Adição	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2023
Ativo subjacente						
Aluguel de imóvel comercial	2.386	43	-	(2.026)	-	403
Aluguel de veículos pesados	12.792	998	1.693	(8.123)	-	7.360
Total	15.178	1.041	1.693	(10.149)	-	7.763

	Saldo em 31/12/2021	Remensuração	Adição	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2022
Ativo subjacente						
Aluguel de imóvel comercial	4.210	456	-	(2.280)	-	2.386
Aluguel de veículos pesados	18.702	1.539	-	(7.449)	-	12.792
Total	22.912	1.995	-	(9.729)	-	15.178

17. Intangível

	Taxa média anual - %	Custo	Amortização	2023 Líquido	2022 Líquido
Software	20%	2.795	(2.031)	764	985
		2.795	(2.031)	764	985

As mutações do intangível de 2023 estão demonstradas conforme a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Saldo em 31/12/2023
Custo			
Software	2.721	74	2.795
	2.721	74	2.795

	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Amortização			
Software	(1.736)	(295)	(2.031)
	(1.736)	(295)	(2.031)
	985	(221)	764

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Saldo em 31/12/2022
Custo			
Software	2.721	-	2.721
	2.721	-	2.721

	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Amortização			
Software	(1.441)	(295)	(1.736)
	(1.441)	(295)	(1.736)
	1.280	(295)	985

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	23.335	14.254
Partes relacionadas – nota 24	48.846	31.959
	72.181	46.213

19. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2023	2022
Finame	Pré-fixado de 4,70% a.a.	Dez/26	27.621	33.001
BRDE, BNDES, CEF e BNB	Pré-fixado de 3,50% a.a.	Dez/23	-	1.076
CDC	Pré-fixado de 8,47% a.a. a 9,51% a.a. CDI ACT360 + 3,80% a.a.	Out/24 a Dez/25	14.949	24.653
			42.570	58.730
Circulante			23.321	23.951
Não circulante			19.249	34.779

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2023	2022
2024	-	19.010
2025	11.194	9.221
2026	8.055	6.548
	19.249	34.779

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$27.621 em 2023 (R\$33.001 em 2022).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (*covenants*).

Conciliação da movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagto Juros	Pagamento Principal	Varição monetária	Saldo em 31/12/2023
Finame	33.001	-	5.112	(1.391)	(9.100)	-	27.622
CEF	1.076	-	20	(47)	(1.049)	-	-
Crédito direto ao consumidor	24.653	1.129	1.770	(1.743)	(10.860)	-	14.949
	58.730	1.129	6.930	(3.182)	(21.009)	-	42.570

	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagto Juros	Pagamento Principal	Varição monetária	Saldo em 31/12/2022
Finame	27.666	6.741	5.501	(1.612)	(5.322)	27	33.001
CEF	2.115	-	57	(56)	(1.040)	-	1.076
Capital de giro	2.290	-	144	(162)	(2.272)	-	-
Crédito direto ao consumidor	33.000	1.200	2.290	(2.320)	(9.517)	-	24.653
	65.071	7.941	7.992	(4.150)	(18.151)	27	58.730

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Passivo de arrendamento

	Taxa de desconto	Vencimento	2023	2022
Arrendamento mercantil	6,37% a.a.	Dez/25	8.551	16.621
			8.551	16.621
Circulante			7.795	10.067
Não circulante			756	6.554

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Saldo em 31/12/2022	Remensuração	Adição	Apropriação de juros	Pagamento principal	Pagamento Juros	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento mercantil	16.621	1.041	1.693	1.053	(10.804)	(1.053)	8.551
	16.621	1.041	1.693	1.053	(10.804)	(1.053)	8.551

	Saldo em 31/12/2021	Remensuração	Adição	Apropriação de juros	Pagamento principal	Pagamento Juros	Saldo em 31/12/2022
Arrendamento mercantil	24.368	1.995	-	1.715	(9.741)	(1.716)	16.621
	24.368	1.995	-	1.715	(9.741)	(1.716)	16.621

Vencimento	2023	2022
2023	-	10.067
2024	7.795	6.554
2025	756	-
	8.551	16.621

21. Salários, benefícios e encargos sociais

	2023	2022
Salários	6.767	5.672
Encargos trabalhistas	5.398	4.255
Férias	16.696	15.132
Participação nos resultados	2.703	2.604
Outros	1.044	3.106
	32.608	30.769

Benefício de previdência privada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$85 (R\$71 em 2022), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

22. Impostos, taxas e contribuições

	2023	2022
ISS	3.903	3.717
PIS	1.094	521
Cofins	5.097	4.562
ICMS	19	35
IRRF	913	804
INSS Retido	1.113	881
ISS Retido	45	92
IRPJ/CSLL	2.372	8.383
Outros	68	63
	14.624	19.058

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisões

	2023	2022
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	15.451	16.822
Provisão para obrigações contratuais futuras	1.523	546
	16.974	17.368

a. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas.

Em 2023, a provisão perfaz o montante de R\$15.451 (R\$16.822 em 2022), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2023, passíveis de provisão, são como seguem:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/2021	2.641	7.926	10.567
Compensação de depósitos judiciais - 2021	4.737	248	4.985
Adições	3.112	5.081	8.193
Reversões	(3.269)	(3.654)	(6.923)
Saldo em 31/12/2022	7.221	9.601	16.822
Adições	112	3.795	3.907
Reversões	(445)	(4.833)	(5.278)
Saldo em 31/12/2023	6.888	8.563	15.451

Em 31 de dezembro de 2023, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$70.346 (R\$25.006 em 2022), os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente às ações cíveis públicas e execuções fiscais e estão descritos abaixo:

Empresa	Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	15746.722800/2021-71	Trata-se de PIS e Cofins apurados no ano calendário 2017. Questionamentos relacionados aos créditos - Débito suspenso em razão de impugnação tempestiva nos termos do inc. III, art. 153 do CTN.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível R\$5.745
Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	15758.720024/2021-36	Trata-se glosa de créditos de PIS e Cofins por suposta divergência de créditos na EFD referente ao ano de 2016. Houve parcial reconhecimento quanto aos insumos creditados ainda estando pendente a avaliação do recurso voluntário interposto pela LOGA para obter-se o reconhecimento integral dos insumos creditados pela Companhia	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível R\$21.871

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

(a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$7.504 (R\$8.237 em 2022).

(b) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são demonstrados como seguem:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Solvi Essencis Ambiental S.A.	95	19	48.715	31.789	(193.274)	(177.641)
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	131	170	(2.331)	(947)
Total	95	19	48.846	31.959	(195.605)	(178.588)
Circulante	95	19	48.846	31.959		
Não circulante	-	-	-	-		
Total	95	19	48.846	31.959		

As contas a pagar para a Solvi Essencis Ambiental S.A. referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das entidades, cujos preços e condições comerciais são estabelecidos entre as partes.

25. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 29 de maio de 2023, a Companhia integralizou através da incorporação de reservas de lucros no montante de R\$5.098 a rubrica de capital social a integralizar. Em 14 de julho de 2022, a Companhia integralizou através da incorporação de reservas de lucros o montante de R\$3.763 a rubrica de capital social a integralizar.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$60.650 (R\$60.650 em 2022), dividido em R\$ 60.650 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que encontra-se integralizado o valor de R\$53.056 (R\$48.172 em 2022), e um montante de R\$7.594, encontra-se em capital social a integralizar, (R\$12.478 em 2022).

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

ii. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/07.

(c) Outros Resultados Abrangentes

O valor de R\$120 em 31 de dezembro de 2023 refere-se a remensuração do passivo de benefício definido.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral. Em 2023, foi aprovado em assembleia à título de dividendos o montante de R\$98.367 (R\$77.837 em 31 de dezembro de 2022), conforme quadro abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	108.313	101.956
Reserva legal - 5%	5.416	5.098
Base para distribuição mínima	<u>102.897</u>	<u>96.858</u>
% dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	25.724	24.215
Total de dividendos distribuídos	<u>25.724</u>	<u>24.215</u>
Dividendos adicionais propostos 2023 e 2022 (a)	72.643	53.622
Total	<u>98.367</u>	<u>77.837</u>

(a) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2023 e 21 de novembro de 2023, foi deliberado a distribuição de dividendos no valor de R\$51.385 e R\$21.258, respectivamente. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2022 e 14 de julho de 2022, foi deliberado a distribuição de dividendos no valor de R\$32.483 e R\$21.139, respectivamente.

26. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de resíduos	892.842	796.695
Receita com manufatura reversa	172	198
Total receita bruta	<u>893.014</u>	<u>796.893</u>
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(45.089)	(40.220)
PIS	(15.451)	(12.478)
COFINS	(67.923)	(60.975)
Total de deduções sobre vendas	<u>(128.463)</u>	<u>(113.673)</u>
Receita líquida	<u>764.551</u>	<u>683.220</u>

27. Custo de serviços prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e encargos	(199.621)	(178.025)
Aluguel	(8.076)	(6.637)
Depreciações	(29.560)	(28.115)
Materiais aplicados nos serviços	(74.214)	(73.782)
Serviços de terceiros(a)	(214.027)	(182.655)
Créditos fiscais(b)	33.632	29.381
Outorga de ônus de concessão	(46.149)	(39.899)
Energia elétrica	(5.082)	(5.370)
Licenças e taxas	(121)	(17)
Outros custos de produção	(15.780)	(14.488)
	<u>(558.998)</u>	<u>(499.607)</u>

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros são referentes a manutenção de máquinas, equipamentos e veículos, transportes de resíduos, destinação de aterro e assessoria técnica.

(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Despesas comerciais

	2023	2022
Provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(1.057)	-
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	(302)
Patrocínios, brindes e doações	(20)	-
Propaganda e publicidade	(6.604)	(3.329)
Outros	(394)	(127)
	(8.075)	(3.758)

29. Despesas administrativas

	2023	2022
Remuneração direta mão de obra	(10.762)	(8.993)
INSS	(1.709)	(1.641)
Benefícios	(1.673)	(1.665)
FGTS	(418)	(390)
Aluguéis	(21)	(66)
Depreciação	(571)	(650)
Materiais	(259)	(173)
Serviços de Terceiros (a)	(9.325)	(8.004)
Tributos, Seguros e Contribuições	(720)	(644)
Viagens e Estadias	(88)	(94)
Despesas serviços compartilhados	(4.900)	(4.580)
Outros	(585)	(520)
	(31.031)	(27.420)

(a) Refere-se principalmente assessoria com imprensa no valor de R\$ 2.319 (R\$ 2.952 em 2022) e honorários advocatícios R\$ 5.403 (R\$2.879 em 2022).

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Outras receitas (despesas) eventuais	1.449	(4.162)
Resultado venda de imobilizado	1.303	8.058
Provisões para contingenciais	1.371	(1.270)
Despesas com contingenciais	(5.468)	(4.585)
Patrocínio e doações	(1.447)	(1.771)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(378)	(2.018)
Multa contratual	(19)	(32)
Total	(3.189)	(5.780)

31. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Variação monetária ativa	36	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.699	5.751
Correção de depósitos judiciais	31	2.076
Juros recebidos e descontos obtidos	2.235	4.042
Outras receitas financeiras	10	4.737
Total receitas financeiras	7.011	16.606
Variação monetária passiva	-	(29)
Despesas bancárias	(401)	(470)
Despesas com juros passivo de arrendamento	(1.052)	(1.715)
Despesas com multas e moras financeiras	(495)	(54)
Tributos sobre movimentações financeiras	(735)	(486)
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(6.901)	(7.992)
Total despesas financeiras	(9.584)	(10.746)
Total	(2.573)	5.860

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Cobertura de seguros

Durante o período de concessão, compete à Concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as apólices contratadas pela Companhia são compostas da seguinte maneira:

	2023	2022
Seguro patrimonial	59.033	52.838
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000
	99.033	92.838

33. Contrato de concessão

Através do Contrato de Concessão a Companhia presta serviços divisíveis de limpeza urbana na região noroeste da cidade de São Paulo/SP, sendo o período de concessão de 20 anos a partir de outubro de 2004, renovável por mais de 20 anos e tem reajuste anual da tarifa com base em fórmula paramétrica estipulada em contrato e composta de diversos índices do setor. A cada 5 anos o contrato prevê a realização de revisão ordinária das tarifas praticadas de modo a manter sua fidelização à equação econômico-financeira inicial do Contrato.

Terrenos, estruturas e construções bem como todos os contêineres utilizados para a execução do objeto da concessão são bens reversíveis e os demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual. As principais obrigações contratuais são modernização do transbordo Ponte Pequena; construção de novo transbordo; implantação de aterro sanitário e estação de tratamento de efluentes; construção de usina de compostagem; construção de centrais de triagem; construção de central de tratamento de resíduos de serviços de saúde; implantação de coleta mecanizada; encerramento do aterro sanitário Bandeirantes; revegetação do aterro sanitário Vila Albertina e renovação de frota de veículos a cada 5 anos.

(a) Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção. O concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A receita reconhecida com relação à construção em 2023 e 2022 representa o valor justo do serviço prestado na construção da infraestrutura para prestação dos serviços.

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Transbordo	2.860	4.015
Edificações	-	324
Benfeitorias	950	1.520
Contêineres	2.393	4.109
Centros de triagem	946	2.099
RSSS Unid. Treinamentos	1.532	3.506
Tr. Anhanguera	-	2.370
Col. Mecanizada	-	71
Ajuste a valor presente	(783)	(2.263)
	7.898	15.751
Circulante	7.898	5.824
Não circulante	-	9.927

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga

Notas explicativas às informações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo financeiro no montante de R\$7.898 em 2023 (R\$15.751 em 2022) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder Concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos.

Segue abaixo resultado com ativos financeiros de concessão da Companhia:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita líquida	764.551	683.220
Custo	(558.998)	(499.607)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(42.295)	(36.958)
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	163.258	146.655
Resultado financeiro	(2.573)	5.860
Lucro antes dos impostos	160.685	152.515
Imposto de renda e contribuição social	(52.372)	(50.559)
Lucro líquido do exercício	108.313	101.956